

TCE derruba último obstáculo e libera privatização da Corsan

TCE libera a privatização da Corsan

PAULO SÁBIO

paulo.sabio@zerohora.com.br

Em decisão proferida ontem, o presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE), conselheiro Alexandre Postal, liberou a conclusão da venda da Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan). Postal acolheu pedido do governo do Estado e revogou a medida cautelar que impedia a assinatura do contrato de compra e venda da estatal, último passo necessário para a privatização. A decisão ainda terá de ser confirmada pelo plenário, mas o governo do Estado já está liberado para assinar o contrato com o consórcio Aegae, que arrematou a Corsan por R\$ 4,15 bilhões em leilão realizado no final do ano passado. A expectativa do consórcio é de que o ato de assinatura ocorra até amanhã. No TCE, a previsão é de que o processo seja pautado em plenário, para a avaliação dos sete conselheiros, na sessão do dia 19 de julho.

Postal ressaltou que sua decisão foi amparada em manifestação da área técnica do TCE. O conselheiro lembrou que, em todos os processos de venda de empresas públicas, o tribunal analisa o edital para evitar ou minimizar "possíveis erros que possam acontecer na origem do processo".

Respaldo

– Nossas equipes do tribunal estão analisando todo o procedimento realizado no processo de venda, o que me deixa muito confortável de tomar essa decisão. Além disso, outros poderes e órgãos já analisaram essa matéria e aprovaram o procedimento de transferência do serviço para a iniciativa privada – declarou o presidente do TCE. Autor do pedido para derrubar a liminar, o procurador-geral do Estado, Eduardo Cunha da Costa, comemorou o resultado.

– A decisão afasta o último obstáculo que impedia a assinatura do contrato de privatização da Corsan e é resultado do trabalho intenso de nossa equipe com as demais secretarias.

Postal considerou que o atraso na conclusão da venda poderia provocar a perda ou o adlamento de investimentos no saneamento básico do RS. O conselheiro mencionou a cláusula do edital de privatização que estabelece validade de 180 dias para a proposta apresentada pelos compradores.

O presidente do TCE ainda citou manifestação da equipe de auditoria do tribunal que opinou "pela ausência de elementos que possam obstaculizar o deslinde do processo de desestatização" e recomendou a revogação da cautelar "hája vista que o atraso nas obras de esgotamento sanitário causado pela incerteza quanto ao futuro da companhia geraria riscos de não atingimento das metas

estabelecidas no novo Marco Legal do Saneamento Básico".

O pedido de revogação direto ao presidente da Corte está previsto no regimento interno do TCE, mas não há precedentes recentes de sua utilização. O processo no qual a cautelar foi concedida, em dezembro, está sob relatoria da conselheira-substituta Ana Moraes. Nos últimos meses, o governo também havia conseguido reverter decisões contra a venda na Justiça do Trabalho e no Tribunal de Justiça.

Em nota, a Aegae disse que considera a decisão "de fundamental importância" e ressaltou que "está pronta para assumir a operação nos 317 municípios atendidos pela Corsan e investir na qualificação da infraestrutura" de saneamento.

O governador Eduardo Leite também celebrou a liberação. É hora de virar essa página, assinar esse contrato. O Estado não vai se ausentar, ele continua com o papel de fiscalização, de regulação.

Sindiágua vai tentar barrar assinatura

Em nota, o sindicato que representa os trabalhadores da Corsan (Sindiágua) afirma que a decisão de Postal é ilegal e que ingressará com nova ação no Tribunal de Justiça para tentar revertê-la.

Presidente da entidade Arilson Wünsch, disse que o presidente do TCE "agiu como político" por influência do MDB (partido do vice-governador Gabriel Souza, pelo qual Postal foi deputado estadual). Wünsch garantiu que o Sindiágua continua disposto a barrar a privatização na Justiça.

– É uma decisão ilegal, porque, mesmo sendo presidente, um juiz não pode cassar a decisão de um colega de mesma hierarquia.

A bancada do PT na Assembleia também anunciou que estuda medidas contra a decisão.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Saneamento **Página:** 9